

Artigo Selecionado

O Braço Armado da Defesa Nacional

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima

*“Defenderemos a Pátria com unhas e dentes”.
(Do ideário popular latino)
– Mas, com que unhas; com que dentes?*

UTOPIA OU SENSATEZ?

Tem sido alvissareiro depararmos-nos atualmente com o interesse manifesto de algumas instituições civis de nível superior em tratar do tema Defesa Nacional. Da mesma forma, vez por outra, encontramos a publicação, em periódicos, de artigos versando sobre essa temática. Em ambos os casos, o que se constata são considerações emitidas, por uns poucos interessados, na maioria das vezes reconhecendo a relevância que deveria ser, mas não vem sendo, atribuída a essa questão estratégica. Embora ainda tímido, esse interesse não deixa de ser auspicioso para o País, pois demonstra que o assunto já começa a ocupar espaço no rol de temas considerados fundamentais pela sociedade brasileira.

Hoje, felizmente como consenso nacional, já não se questiona mais a imprescindibilidade do envolvimento de todos os segmentos sociais no esforço comum de atuar, direta ou indiretamente, em prol da defesa nacional caso o País se veja na iminência de ter que rechaçar, pela força, uma agressão externa. Em outras palavras, já se reconhece que defesa nacional é atribuição genérica de todos os cidadãos e não exclusividade dos militares; que ela é, acima de tudo, uma questão de Estado e não de governo; e que, como tal, exige preparação permanente, à margem de

considerações político-partidárias.

Em que pesem essas manifestações favoráveis, o que nos demonstra a realidade é que o tema apresenta-se ainda em patamar de interesse muito aquém de sua magnitude, sendo, em sua essência, socialmente desconhecido da maioria e relegado a plano secundário pelo poder público. Muito provavelmente, a falácia de que “não se vislumbram ameaças no horizonte” tem contribuído, mais do que outros aspectos, para essa diminuta ou nenhuma importância. A propósito, é conveniente ressaltar que constitui grande temeridade permitir que ilações do presente sobreponham-se às incertezas do futuro...

Essa, pode-se considerar, característica nacional, a florada e insuflada durante os últimos vinte anos de democracia brasileira, tem induzido à debilitação das Forças Armadas e ao desinteresse pelas indústrias vocacionadas para a produção de material de defesa.

Em face da presente abordagem, as questões fundamentais que se apresentam são: - devem ou não os sucessivos governos, também depositários da responsabilidade de chefes de Estado, dar destaque à defesa nacional? É utopia ou sensatez o enfoque de que a Nação pode, repentinamente, defrontar-se com sérias ameaças à sua soberania, ao seu cobiçado patrimônio ou a seus interesses maiores?

São questões que, pela sua significância, não podem jamais ser tratadas de forma superficial ou postergadas.

UM ENFOQUE DE REALISMO COM VIÉS DE CONJUNTURA

No contexto de uma realidade plausível, admite-se que a possibilidade das ameaças ora aventadas não se configuraria, de imediato, por meio de um ataque desferido por poderosas forças militares ao nosso território. Isto seria, antes que um contra-senso na atual conjuntura, um “último argumento” usado prematuramente, de forma aventureira.

A ameaça, certamente, estaria caracterizada, de início, mediante “arroubos de contestação” à soberania brasileira sobre seu potencial de riquezas, em especial na Amazônia e nas águas marítimas territoriais. Procurar-se-ia imprimir vulto à propalada figura de “patrimônio da humanidade”, referindo-se basicamente às reservas brasileiras de elementos essenciais à vida, aqui abundantes, e, por exemplo, a outras riquezas presentes no solo, no subsolo e na plataforma continental do País.

Até mesmo com vizinhos, embora em menor escala, poderiam surgir disputas pela exploração ou pelo controle de riquezas naturais.

Essa configuração inicial já se confirmou como realidade, haja vista as inúmeras manifestações propaladas por personalidades estrangeiras de renome internacional.

A partir daí, haveria propagação da orquestração nesse sentido, surgindo certamente as mais inesperadas alianças entre pretendentes às benesses brasileiras. Em seguida, eclodiria uma série de medidas

coercitivas contra o Brasil, particularmente nas áreas política e econômica, visando a subjugar o Estado aos “interesses da humanidade”, escudados por uma meia dúzia de potências aliadas, apoiadas por um mutirão de países emergentes e em desenvolvimento, todos ávidos por desfrutar do “espólio tupiniquim”.

Mas, com certeza, o Estado brasileiro esboçaria enérgica reação diante desse quadro ameaçador. Impetraria recursos legais na ONU. Chegaria mesmo a preparar suas “unhas” para um embate mais drástico. Porém, cairia na realidade e veria que suas unhas encontram-se cortadas rente, de há muito, e que elas não podem crescer da noite para o dia... Restaria o recurso do apoio “incondicional” dos amigos. Mas, onde estariam os amigos em uma situação de crise em que os interesses nacionais de cada um clamam por solução imediata e radical?

Criado o impasse internacional, aí sim, começaria a se desenhar no horizonte a imagem da ação militar contra o País. Seria o meio “mais convincente” de se assegurar o “atendimento impostergável” às necessidades urgentes de sobrevivência da “humanidade” (i. é, da humanidade poderosa).

De repente, céus e mares brasileiros ver-se-iam tomados de um formidável aparato bélico adverso, a intimidar a Nação, a forçá-la a aceitar o inaceitável, a subjugar o Estado pela coerção da força militar... Tropas adestradas e muito bem equipadas estariam sendo concentradas nas fronteiras brasileiras. O sistema nacional de comunicação, comando e controle, totalmente interferido e inoperante. A mobilização, claudicante. Estaríamos, enfim, vivendo em um país de “desesperados”. Faltou-nos poder dissuasório...

Haveria, finalmente, acordo, aquiescência do Brasil aos interesses dos fortes,

ou o País “pagaria p’ra ver”?

Ainda bem que isso são meras conjecturas, embora partindo-se de uma realidade que já se delineou...

UMA RESPOSTA À ALTURA

Apenas para prosseguir nas presentes considerações, admitamos que essas conjecturas constituam uma possibilidade, mas sempre uma possibilidade, ainda que remota e imprecisa, difusa nas incertezas do futuro. Qual seria a resposta do Brasil caso se concretizassem?

Bem, a resposta mais sensata, mais lúcida, proativa, parece-nos, é que tal possibilidade não existisse como possibilidade.

Como? Mediante a disponibilidade no País de um poder dissuasório consistente, que realmente assegure a certeza de que “mais fortes” poderão tornar-se “mais fracos” caso tentem espoliar o patrimônio nacional ou denegar a soberania brasileira.

A capacidade dissuasória advém de uma série abrangente de fatores, integrados, presentes em todas as expressões do poder nacional. Dentre eles, podem-se citar estabilidade política, solidez da economia, grande base territorial, infra-estrutura viária e energética, coesão social diante dos valores e interesses nacionais, parque industrial expressivo, domínio de tecnologias de ponta, educação de qualidade, respeitabilidade internacional, alianças sólidas e tantos outros, mas, principalmente, poderio militar. Neste último, reside o cerne da dissuasão.

Ora, é, portanto, totalmente ilógico preconizar-se e pretender adotar-se uma *postura defensiva dissuasória* quando se relega a plano inferior exatamente o principal componente do poder de dissuasão – a expressão militar –, conformada pelas Forças Armadas e por todo o complexo de indústrias, tecnologias e atividades

voltadas para a vertente militar da defesa nacional. É o que, aqui, se denomina de *braço armado da defesa nacional*, que não pode, em nenhuma hipótese, “estar na tipóia”.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Infelizmente, a credibilidade e o respeito de uma nação assentam-se muito mais sobre seu poderio do que sobre seus propósitos pacifistas ou ideologias.

No tabuleiro da geopolítica internacional, quando se manifesta evidência de incapacidade em defender-se, afloram a cobiça pelos bens e desconsideração pelos interesses dos fracos. Na melhor das hipóteses, vislumbra-se que o fraco poderá ser “útil” um dia, caso o mundo se veja tomado por uma crise total.

Uma nação derrotada em guerra carrega por longo tempo as conseqüências e o estigma dessa derrota, com indelével cicatriz no moral nacional. Em contrapartida, a vitória ou a simples condição explícita de obtê-la geram autoconfiança e elevam o moral nacional. Nesse caso, a aura de pujança, aliada à tranqüilidade proporcionada aos cidadãos, contribui eficazmente para acelerar o desenvolvimento nacional e outorga à nação vencedora o *status* de ator com maior peso específico no contexto internacional.

Lamentavelmente, o testemunho que a História nos apresenta é que a Humanidade nunca se desarmou; muito pelo contrário, os artefatos bélicos em poder dos povos têm-se tornado cada vez mais sofisticados tecnologicamente e, por via de conseqüência, mais letais.

Tal fato leva-nos a preannunciar que o desarmamento universal tão cedo não será uma realidade, se é que poderá vir a sê-lo algum dia.

Nesse contexto, de cenários imprevisíveis e de riscos latentes, iniciativas defensivas de ocasião, isto é, de última hora,

de nada adiantarão numa tentativa certamente angustiante de suprir a Nação com os meios imprescindíveis à sua defesa. Forças armadas não se improvisam, não se adestram nem se equipam da noite para o dia. Isto significa evidenciar que, com ou sem ameaça visível, o poder armado do Estado não pode estar, um dia sequer, incapacitado de cumprir integralmente sua missão constitucional de defesa.

Possuir forças armadas sucateadas, despreparadas para o combate, sem os meios de luta necessários, além de imprudência, é logro. E com aparência não se consegue enganar por muito tempo, nem a sociedade nacional nem potenciais forças adversas, pois a verdade, mais hoje mais amanhã, torna-se conhecida.

Descuidar da temática da defesa nacional, particularmente de seu braço armado, constitui falta de visão de futuro, ingenuidade, erro estratégico, risco calculado. E não há milagre de ocasião capaz de sanar uma falha de tal magnitude. Relembrando Clausewitz, são “os passíveis de serem ameaçados que devem se preparar para a defesa”.

Planejamentos estratégicos para a defesa já existem o suficiente. Ainda bem! Entretanto, chega de hipóteses e propostas. É hora de ação, de medidas concretas, de anular os efeitos deletérios do atraso. É hora de se reequipar as Forças Armadas, de proporcionar-lhes meios para seu adestramento, de se estimular o crescimento da base industrial de defesa, que, por sinal, poderá prestar sensível contribuição ao desenvolvimento nacional. É hora de se investir seriamente na implementação de tecnologias autóctones de defesa. Isto, sim, é postura defensiva dissuasória.

É preciso alocar recursos financeiros à altura das *necessidades de defesa* do País e não de acordo com as possibilidades do País. Aquelas encontram-se perfeitamente definidas e quantificadas; estas ficam

a critério de cada governo, de acordo com seu enfoque político. Hoje, o Brasil investe apenas 1,7% do PIB em suas Forças Armadas, enquanto a média mundial gira em torno de 3,5%. Portanto, para se atender a essa questão de Estado que é a defesa nacional, o referencial a se considerar no Orçamento da União devem ser as necessidades de defesa catalogadas pelas Forças e consolidadas pelo Ministério da Defesa e não o percentual que aprover a cada governo. Se esse referencial vai ser considerado ou não, é mérito para ser discutido conjuntamente, em foro competente. A verdade é que esse investimento financeiro significa o “seguro de vida” da Nação. Qual seria então o valor a ser garantido? De quanto a apólice para o Brasil?

Deve-se ressaltar, em tempo, que a presente proposição não desconsidera as demandas financeiras, muitas vezes urgentes, apresentadas pela área social. Muito pelo contrário. Entende-se aqui que não é admissível haver brasileiros passando fome, crianças desnutridas, população precariamente assistida ou desassistida pelos serviços públicos de saúde, educação fundamental desprovida de um mínimo de qualidade etc. Essas mazelas contribuem para enfraquecer o poder nacional.

Mas, por outro lado, não se entende um tão prolongado período de continuada privação e de contingenciamentos de recursos orçamentários para o braço armado da Nação, principalmente quando se é bombardeado com uma saraivada de notícias sobre o desvio de parcela ponderável de recursos do Tesouro, que se esvaem por “ralos” os mais aéticos e suspeitos possíveis. Recursos desperdiçados, que em nada resultam para a sociedade; apenas locupletam bandos de sanguessugas totalmente descompromissados com os interesses nacionais.

Uma outra consideração que pesa na temática da defesa e que não pode ser tomada ao pé da letra é afirmar-se que “cabe à sociedade dizer que forças armadas pretende ter”. Ora, a sociedade civil, certamente não reúne, nem poderia reunir, dados concretos sobre constituição, missões, organização, armamento, equipamentos, etc., relativos às Forças Armadas. Não se desconsidera aqui a opinião pública. Afinal, se defesa deve constituir um interesse da sociedade, é coerente que ela opine também a respeito do braço armado. Entretanto, sabe-se de antemão que o sentimento nacional sobre as Forças Armadas é que elas sejam confiáveis, que realmente estejam preparadas para cumprir sua missão constitucional, que possam prestar socorro em situações de cataclismos e contribuir com determinadas iniciativas de cunho social quando necessário.

Portanto, os aspectos técnicos e operacionais inerentes ao braço armado do poder nacional devem ser tratados por especialistas, por cidadãos formados e preparados para tal, que são, essencialmente, os militares e os civis dedicados à causa da Defesa.

Desta forma, alocando-se recursos compatíveis com as necessidades de defesa, que decorrem exatamente da estatura e das pretensões do País, e delegando-se aos profissionais das Armas a tratativa técnico-operacional das Forças, não há dúvidas de que as expectativas da sociedade brasileira estarão sendo plenamente correspondidas.

PARA FINALIZAR

O fato concreto é que: ou o País cai na realidade e trata com seriedade a temática da Defesa Nacional, dispensando o devido interesse ao braço armado, ou estará apenas “gastando” (quando deveria

estar investindo) os poucos recursos que, de longo prazo, vêm sendo alocados às Forças, posto que, as atuais dotações orçamentárias são incompatíveis com as necessidades de defesa. Em outras palavras, não são suficientes para permitir que as Forças Armadas reúnam reais condições de cumprir sua missão constitucional, de corresponder às expectativas de segurança da sociedade brasileira, de assegurar a paz para a Nação caso se defronte com uma ameaça mais incisiva. Se suficientes, sim, serão investimento.

A realidade é uma só: ou se dispõe de real capacidade dissuasória ou se auto-engana com “paliativos” até se ver diante da imposição de ter que se submeter à vontade dos mais fortes.

E quanto mais crescer a projeção internacional do Brasil maior será a necessidade do respaldo proporcionado pelo braço armado aos interesses e posicionamentos nacionais.

Pretextos escusos, revanchismos, rangos ideológicos retrógrados não podem nunca se sobrepor à imperiosa necessidade de se dotar o Estado de capacidade de autodefesa. O descaso com a Defesa não pode, em hipótese alguma, se consolidar como mais um traço deletério da cultura nacional.

O autor é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro. Doutor em Ciências Militares e especialista em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPE-AEx), ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) na ECEME. (Email: nonato@eceme.ensino.eb.br).